

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas *Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma*

1 Contexto operacional

A B2W Companhia Digital ("B2W" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A., tendo suas ações negociadas no segmento denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam nas seguintes frentes: e-commerce por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; Marketplace; e conta de pagamento digital por meio da Ame.

A B2W oferece serviços de tecnologia, por meio da BIT Services, resultado da construção de uma plataforma de tecnologia disruptiva, robusta e inovadora para suportar o crescimento da Companhia. Na vertical de logística, a B2W oferece serviços de armazenagem, distribuição e atendimento ao cliente a seus parceiros por meio da B2W Fulfillment (BFF). Por fim, os serviços de crédito ao consumidor são mais uma plataforma importante para a B2W Digital, e a Companhia oferece cartões próprios para as suas quatro marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e instrumentos financeiros derivativos, que são mensurados pelo valor justo e dos passivos financeiros que são mensurados ao custo amortizado.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria em 15 de março de 2019.

(a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei 6.404/76 e pronunciamentos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e ratificados pela Comissão dos Valores Imobiliários – CVM

(b) Demonstração do valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.2 Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes (vide (a)) e o CPC 48 /IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide (b)), a partir 1º de janeiro de 2018, reapresentando a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Valor Adicionado, do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da controladora e consolidado nos padrões exigidos pelo CPC 47 / IFRS 15 no que se refere ao método retrospectivo a cada período anterior.

Apresentamos abaixo os efeitos da nova norma em comparação com as práticas mantidas até 31 de dezembro de 2017:

Demonstrações do Resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida	6.249.522	(236.855)	6.012.667	7.120.777	(834.915)	6.285.862
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(4.655.964)	-	(4.655.964)	(5.554.882)	598.060	(4.956.822)
Despesas financeiras	(1.318.108)	236.855	(1.081.253)	(1.369.502)	236.855	(1.132.647)
Prejuízo líquido do exercício	(411.450)		(411.450)	(411.750)		(411.750)

Demonstrações do Valor Adicionado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

	Controladora			Consolidado		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentado
Vendas de Mercadorias e Serviços	7.642.314	(236.855)	7.405.459	8.763.573	(1.000.104)	7.763.469
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(5.724.674)	-	(5.724.674)	(6.867.054)	763.249	(6.103.805)
Valor Adicionado Total a distribuir	1.347.120		1.110.265	1.562.489		1.325.634
Juros	1.318.108	(236.855)	1.081.253	1.369.502	(236.855)	1.132.647
Distribuição do valor adicionado	1.347.120		1.110.265	1.562.489		1.325.634

(a) CPC 47 / IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

Dentre as novas exigências estabelecidas na norma, destacam-se as etapas de contabilização das receitas decorrentes dos contratos firmados com os clientes. Com isso, a receita deve ser reconhecida somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação e no momento em que acontecer a transferência dos bens e serviços aos clientes.

No caso de garantias estendidas, o grupo figura como agente na venda das apólices de seguros reconhecendo a comissão na receita de venda de serviços. Não há impactos relacionados a essa transação.

Os principais impactos em 31 de dezembro de 2018 estão descritos abaixo:

Operação	Tratamento anterior	Tratamento CPC 47 / IFRS 15	Impactos
Operações <i>Intercompany</i>	Registro da receita de venda, dos impostos incidentes e do custo das vendas.	Registro da receita em uma base líquida, correspondente ao valor líquido da contraprestação.	Reclassificação dos valores de impostos e custo para a linha de Receita Bruta, no valor de R\$763.959, demonstrando assim a contabilização da receita pela margem líquida da operação.
Descontos condicionais	Registro do desconto condicional concedido como despesa financeira.	Registro do desconto condicional concedido como dedução da receita bruta.	Esses descontos passaram a ser concedidos incondicionalmente, ou seja, via nota fiscal.

(b) CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

A adoção da IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge veja 4.3).

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018.

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	5.027.840	5.027.840
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	3.977	3.977
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	582.117	582.117
Empréstimos - Moeda nacional	Custo amortizado	Custo amortizado	5.479.712	5.479.712
Empréstimos - Moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	1.168.284	1.168.284
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	Custo amortizado	Custo amortizado	2.348.943	2.348.943
Debêntures	Custo amortizado	Custo amortizado	200.246	200.246

(ii) Redução no valor recuperável (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perdas incorridas” da IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo que no CPC 38 / IAS 39.

Com base nas avaliações realizadas, o Grupo não apresentou impacto relevante em suas

demonstrações contábeis em função da alteração de abordagem para fins de análise de *impairment* dos seus ativos financeiros.

(iii) Contabilidade de Hedge

O Grupo possui estrutura de *Hedge Accounting*, utilizando-se de *swaps* tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda funcional perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Como, em relação ao *hedge accounting*, a adoção dos requerimentos da IFRS 9 / CPC 48 são opcionais, o Grupo optou pela manutenção da IAS 39 / CPC 38.

2.3 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Dentre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 tenha um impacto material nas Demonstrações Contábeis do Grupo no período de adoção inicial.

(a) CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O Grupo adotará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Como base para conclusão, o IASB sugere como arrendamentos de baixo valor, aqueles cujos ativos subjacentes, quando novos, sejam de até U\$ 5 mil.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações contábeis consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2019, podendo os impactos reais da adoção da norma sofrer alterações, uma vez que as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações contábeis que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 entrará em vigor para exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2019, e substituirá as seguintes normas:

- IAS 17 - Arrendamento (CPC 06);
- IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma locação (ICPC 03);
- SIC 15 - Locações Operacionais – incentivos (ICPC 03);
- SIC 27 - Avaliação da essência de transações envolvendo a forma legal de um arrendamento (ICPC 03).

Abaixo incluímos um quadro resumo com as principais diferenças de contabilização entre a IFRS 16 e a norma vigente (IAS 17):

Contabilização para o arrendatário	IFRS 16	IAS 17
Balanço Patrimonial	Direito de uso do ativo e passivo correspondente	Arrendamento operacional: nenhum ativo ou passivo é reconhecido Arrendamento financeiro: ativo imobilizado e passivo de arrendamento
Demonstração do Resultado	Abordagem única: - Direito de uso do ativo: depreciação; e - Passivo de arrendamento: método da taxa efetiva de juros. Nota: pagamentos variáveis de aluguel não são incluídos no passivo de arrendamento.	Arrendamento operacional: pagamentos de arrendamento em bases lineares Arrendamento financeiro: depreciação e passivo de arrendamento pelo método da taxa efetiva de juros
Demonstração do Fluxo de Caixa	Fluxo de caixa resultante das atividades de financiamento: parte do pagamento da locação que representa a parcela principal Fluxo de caixa operacional ou resultante de atividades de financiamento (dependendo da política da entidade): pagamentos para arrendamentos de curto prazo, para arrendamento de ativos de baixo valor e pagamentos variáveis de arrendamento não incluídos no passivo de arrendamento. Além da despesa e pagamento de juros.	Arrendamento financeiro: similar ao IFRS 16 Arrendamento operacional: fluxo de caixa operacional

Transição

O Grupo pretende, a princípio, utilizar a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros/prejuízos acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

O Grupo aplicará o CPC 06 (R2) / IFRS 16 a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

(b) Outras Normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

2.4 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(c) Acordos em conjunto

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações contábeis para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações contábeis.

A Companhia, em conjunto com sua controladora Lojas Americanas, encerrou em junho de 2018, a participação no Fundo Fênix de Investimento em Direito Creditório (FIDC), sociedade de propósito específico constituída em 2011 com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de sua controladora Lojas Americanas.

2.5 Apresentação de informações por segmentos

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a *Internet*. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (*e-commerce*; plataformas de serviços de crédito ao consumidor; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; *Marketplace* e conta de pagamento digital por meio da Ame), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade geradora de negócio. A Companhia atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. e da Digital Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingirem os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não estão sendo apresentadas como um segmento operacional distinto.

2.6 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações financeiras da controlada cuja moeda funcional não seja o real (“R\$”) para moeda de apresentação real (“R\$”) são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.7 Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros títulos e valores mobiliários de curto prazo de alta liquidez, com intenção e possibilidade de serem resgatados em curto prazo, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.8 Ativos e passivos financeiros

2.8.1 Classificação

O Grupo classifica, no reconhecimento inicial, seus ativos e passivos financeiros como mensurados: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (iii) valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

2.8.2 Reconhecimento e mensuração

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros a VJR são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Havendo ativos financeiros disponíveis para venda, estes serão mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por *impairment*, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, serão reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Os ativos financeiros mensurados a VJR são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados a VJR são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas ou despesas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como VJORA, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como a VJORA são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos a VJORA, calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

2.8.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.8.4 Impairment de ativos financeiros

O Grupo optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações "*forward looking*".

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- (i) pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- (ii) o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base na diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

2.8.5 Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

2.9 Instrumentos financeiros derivativos - atividades de *hedge*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de valor justo para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da celebração do contrato. Após o reconhecimento inicial, são subsequentemente mensurados ao seu valor justo e os ganhos ou perdas são normalmente registrados no resultado. Para maiores detalhes, vide nota 4.3.

2.10 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão de perda de crédito estimada. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas, destacadas na nota 9, como "Demais contas a receber".

As contas a receber de clientes, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, inicialmente são reconhecidas pelo valor justo. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação menos a provisão de perda de crédito estimada ("*Impairment*").

2.11 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição é ajustado pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto a sua adequação.

2.12 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso:

- (i) da contraprestação transferida;
- (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e
- (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota 16).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à

manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares* e *websites* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/website* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software/website* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/website* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software/website* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/website*.
- O gasto atribuível ao *software/website* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares/websites* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento do *software/website*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o exercício.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.13 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas na demonstração do resultado.

2.14 Arrendamento mercantil

Até 31 de dezembro de 2018, os contratos de locação para as unidades comerciais, de logística e administrativa, são reconhecidos, em atendimento à legislação atual, como Arrendamento mercantil operacional. A partir de 1º de janeiro de 2019, o IFRS 16 / CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos para os arrendatários. Com isso, o arrendatário passará a reconhecer um ativo imobilizado, que representa o seu direito de uso e um passivo líquido dos encargos financeiros, que serão apropriados em conformidade com o regime de competência. Isenções estão previstas para arrendamentos de curto prazo ou pequeno valor.

2.15 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que não têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Os ágios ajustados a resultado do exercício por *Impairment*, não são mais revertidos.

2.16 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 17).

2.17 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 6,48% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (10,06% a.a. em 31 de dezembro de 2017), base das captações para os respectivos exercícios. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" na nota 17 e "Estoques" na nota 10 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" na nota 28, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas

principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 7,00% a.a. em 31 de dezembro de 2018 (10,97% a.a. em 31 de dezembro de 2017), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" nota 9 e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" na nota 28 pela fruição do prazo.

2.18 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos ao custo amortizado, líquido dos custos incorridos na. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *hedge*, tendo contratos de *swap* como instrumentos para fins de proteção às oscilações de taxa de câmbio estão registrados a valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.19 Provisões

As provisões são reconhecidas quando:

- (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos;
- (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O Grupo avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo do próximo exercício social.

2.20 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração

avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Contudo, os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados separadamente na nota 12 (a).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.21 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (ações BTOW3) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.

O valor total a ser reconhecido como despesa ao longo do período de duração e aquisição de direito sobre ações dos planos (*vesting period*) é determinado mediante ao valor justo dos instrumentos outorgados, calculado na data da outorga dos programas de compra de ações, com base na cotação média dos fechamentos das ações na bolsa de valores onde são negociadas, sendo este valor total apropriado ao resultado, com ajuste correspondente no patrimônio líquido, pelo método linear durante o *vesting period*, considerando a expectativa de desistência.

Na data do balanço, o Grupo revisa as estimativas de desistência sobre a quantidade de ações que estão em *vesting period*, com base em dados históricos, e, reconhece o impacto da revisão das estimativas, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Na data da outorga do plano, os valores recebidos dos empregados, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal). As ações ou ações restritas, conforme o caso, emitidas no final do *vesting period* são também creditadas no capital social, mas com base na capitalização das reservas que foram constituídas durante o *vesting period*.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia.

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

2.22 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 24).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.23 Reconhecimento da receita

O Grupo adotou o CPC 47 / IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. O efeito da aplicação inicial do CPC 47 / IFRS 15 está descrito na nota 2.2.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor puder ser mensurado com segurança, quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para casos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Adiantamento recebido de clientes" classificadas no passivo circulante.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.24 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.15.

Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras e premissas de mercado de geração de lucros.

A expectativa para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos está demonstrada na nota 12 (b).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados na nota 4.3 é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço ou, caso não existam, em outros instrumentos que permitam a sua mensuração.

3.2 Julgamentos críticos na aplicação de políticas contábeis do Grupo

(a) Provisão de perda de crédito estimada

Fundamentada pela Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas da realização das contas a receber (nota 9).

(b) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera o laudo elaborado por especialista sobre a utilização destes ativos ao longo das operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(e) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, o Grupo está exposto a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. O Grupo utiliza instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O Grupo utiliza-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2018, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- *Swaps* tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses swaps tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos e Euro). Essas operações de swap referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (nota 18) para moeda e taxa de juros locais, variando de 118,9% a 139,0% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2018, um valor de referência de R\$ 1.090.000 na controladora e R\$ 1.136.324 no consolidado (R\$ 956.000 e R\$ 1.002.324 em 31 de dezembro de 2017, respectivamente). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. O Grupo tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Objeto do hedge	1.120.161	918.043	1.168.284	965.009
Posição passivo do swap (% CDI)	(1.117.541)	(981.580)	(1.164.307)	(1.028.382)
Saldo contábil de ajuste de swap (Notas 8 e 18 (a))	2.620	(63.537)	3.977	(63.373)

		Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Objeto do hedge (dívida)	Custo amortizado	1.120.161	918.043	1.168.284	965.009
	Ajustado pelo valor justo dos riscos cobertos	1.088.697	922.635	1.137.412	967.855
		(31.464)	4.592	(30.872)	2.846
Swaps					
Posição ativa (Dólar/Euro + Pré)	Custo amortizado	(1.120.161)	(918.043)	(1.168.284)	(965.009)
	Valor justo	(1.116.867)	(936.139)	(1.165.942)	(983.920)
		3.294	(18.096)	2.342	(18.911)
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	(1.117.541)	(981.580)	(1.164.307)	(1.028.382)
	Valor justo	(1.145.711)	(995.084)	(1.192.837)	(1.044.447)
		28.170	13.504	28.530	16.065
		(31.464)	4.592	(30.872)	2.846

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do Dólar e Euro frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Risco de taxa de juros

O Grupo se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, bem como sustentar as aplicações de caixa, quando necessário, o Grupo obtém empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País e capta recursos por meio de debêntures, que são substancialmente (cerca de 83% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites

de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 84% das vendas do Grupo serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. O Grupo mantém provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	1.907.327	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	694.058	2.484.977	4.545.653	860.431
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	1.576.847	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.340.806	1.101.981	5.024.929	22.764

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores	2.005.607	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	742.861	2.506.754	4.545.653	860.431
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	1.766.581	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.627.659	1.101.981	5.024.929	22.764

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps (US\$)

As operações de swap registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta da Companhia em US\$ estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos em moeda estrangeira em R\$ – (Notas 8 e 18 (a))	635.968	918.043	684.091	965.009
Taxa US\$ na data de fechamento	3,8748	3,3080	3,8748	3,3080
Taxa de US\$ final estimada, divulgada pelo Bacen	3,8000	3,3400	3,8000	3,3400

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente. Acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018		3,8748	3,8748	3,8748
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2019		3,8000	4,7500	5,7000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(12.277)	143.646	299.569
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	12.277	(143.646)	(299.569)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Operação	Risco	Cenário provável	Consolidado	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018		3,8748	3,8748	3,8748
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2019		3,8000	4,7500	5,7000
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	(13.206)	154.515	322.237
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	13.206	(154.515)	(322.237)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Análise de sensibilidade das operações de swaps (EUR)

As operações de swap registradas pelo Grupo, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI. A dívida bruta da Companhia em EUR estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos em moeda estrangeira – (Notas 8 e 18 (a))	484.193	-	484.193	-
Taxa EUR na data de fechamento	4,439	-	4,439	-
Taxa de EUR final estimada	4,4825	-	4,4825	-

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente. Acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora			
	Risco	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018		4,4390	4,4390	4,4390
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2019		4,4825	5,6031	6,7238
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação EUR)	4.745	126.979	249.214
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação EUR)	(4.745)	(126.979)	(249.214)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

Operação	Risco	Cenário provável	Consolidado	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018		4,4390	4,4390	4,4390
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2019		4,4825	5,6031	6,7238
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação EUR)	4.745	126.979	249.214
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação EUR)	(4.745)	(126.979)	(249.214)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI**

O Grupo mantém a sua dívida e suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). A dívida líquida estava assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Dívida Líquida:				
- Caixa e equivalentes de caixa	3.113.727	1.466.774	3.119.948	1.469.500
- Títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros	1.719.887	2.841.006	1.920.738	2.987.229
- Empréstimos e financiamentos	(6.579.220)	(5.974.808)	(6.647.996)	(6.041.764)
- Debêntures	(200.246)	(200.265)	(200.246)	(200.265)
	(1.945.852)	(1.867.293)	(1.807.556)	(1.785.300)
Taxa CDI na data de fechamento	6,40%	6,89%	6,40%	6,89%
Taxa do CDI final estimada	6,50%	6,74%	6,50%	6,74%

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Cenário provável	Controladora	
		Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2018 - %	6,40%	6,40%	6,40%
Dívida líquida	1.945.852	1.945.852	1.945.852
Taxa anual estimada do CDI em 2018 - %	6,50%	8,13%	9,75%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	1.946	33.566	65.186

Operação	Cenário provável	Consolidado	
		Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2018 - %	6,40%	6,40%	6,40%
Dívida líquida	1.807.556	1.807.556	1.807.556
Taxa anual estimada do CDI em 2018 - %	6,50%	8,13%	9,75%
Efeito anual na dívida líquida:			
Redução	-	-	-
Aumento	1.808	31.180	60.553

4.2 Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

O Grupo monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 46/IFRS 13 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- (Nível 2) informações que são observáveis para ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados no nível 1;
- (Nível 3) informações (*inputs*) são dados não observáveis para ativo ou passivo.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2018:

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Fundo de Investimento - FIDC	-	12.044	12.044
CDB	-	4.581.947	- 4.581.947
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	433.849	- 433.849
Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>	-	3.977	- 3.977
Total do ativo	-	5.031.817	- 5.031.817
Passivos			
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	1.168.284	- 1.168.284
Debêntures	-	200.246	- 200.246
Total do passivo	-	1.368.530	- 1.368.530

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Fundo de Investimento - FIDC	-	39.085	- 39.085
CDB	-	2.186.005	- 2.186.005
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	2.227.643	- 2.227.643
Total do ativo	-	4.452.733	- 4.452.733
Passivos			
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	965.009	- 965.009
Derivativos usados para <i>hedge - swap</i>	-	63.373	- 63.373
Debêntures	-	200.265	- 200.265
Total do passivo	-	1.228.647	- 1.228.647

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado	
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado
		Total
Em 31 de dezembro de 2018		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	-	5.027.840
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	-	3.977
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	582.117	-
Caixa e equivalentes de caixa	8.869	-
	590.986	5.031.817
		5.622.803

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2018			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional	-	5.479.712	5.479.712
Moeda estrangeira	1.168.284	-	1.168.284
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.348.943	2.348.943
Debêntures	-	200.246	200.246
	1.168.284	8.028.901	9.197.185

	Consolidado		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2017			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	-	4.452.733	4.452.733
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	861.480	-	861.480
Caixa e equivalentes de caixa	3.996	-	3.996
	865.476	4.452.733	5.318.209

	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2017			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional		5.013.382	5.013.382
Moeda estrangeira	965.009	-	965.009
Instrumentos financeiros derivativos - swap	63.373	-	63.373
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.024.048	2.024.048
Debêntures	-	200.265	200.265
	1.028.382	7.237.695	8.266.077

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil (todas instituições de primeira linha) e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem reduzidos níveis de risco de crédito, conforme avaliação das principais agências de *rating*.

A exposição do Grupo aos usos de taxas de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota 4.1. Não há restrições materiais sobre a capacidade de recuperar ou utilizar os ativos citados acima.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em caixa e bancos	2.648	1.270	8.869	3.996
Certificados de Depósito Bancário - CDB's e Debêntures (i)	3.111.079	1.465.504	3.111.079	1.465.504
	3.113.727	1.466.774	3.119.948	1.469.500

(i) Remunerados a uma taxa de até 106,25 % do CDI em 31 de dezembro de 2018 (de até 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2017). Os CDB's e Debêntures classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Certificados de Depósitos Bancários – CDB's	1.314.759	730.412	1.514.253	829.526
Operações compromissadas	390.464	2.071.509	390.464	2.118.618
Derivativos usados para hedge – swap (i)	2.620	-	3.977	-
Quotas júnior - (FIDC) (a)	-	39.085	-	39.085
Quotas sênior (FIDC) (b)	12.044	-	12.044	-
	1.719.887	2.841.006	1.920.738	2.987.229

(i) Contabilização de hedge, conforme Nota 4.3. A análise de risco de crédito e análise de sensibilidade estão apresentadas na Nota 4.1 (d).

(a) Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo

Em junho de 2018 foram encerradas as operações realizadas através do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo "FIDC". Essas operações tinham a finalidade específica de adquirir os direitos de crédito de titularidade da Companhia e da Controladora Lojas Americanas ("Cedentes").

As operações do "FIDC" foram iniciadas em fevereiro de 2011, com a 1ª emissão de quotas sênior e quotas subordinadas mezanino e prazo de amortização final de 5 anos. Entretanto, suas operações foram ampliadas, em junho de 2013, com a 2ª emissão de quotas sênior e quotas subordinadas mezanino, postergando para 25 de junho de 2018 o prazo de amortização final, quando suas operações foram encerradas.

No período de 1º de janeiro de 2018 a 25 de junho de 2018 o lucro foi de R\$ 39.043.

(b) Fenícia Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios

O Fundo tem por objeto captar recursos para aplicação preponderantemente em Direitos Creditórios, nos termos da política de investimento, composição e diversificação da carteira do Fundo.

O Fundo é constituído sob a forma de condomínio fechado, de modo que suas Cotas somente serão resgatadas conforme datas de resgate definidas nos respectivos suplementos ou em virtude de liquidação do Fundo. O Fundo tem como objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios.

O Fundo terá prazo de duração indeterminado, podendo ser liquidado por deliberação da Assembleia Geral em conformidade com o Regulamento do fundo.

(c) Demais ativos financeiros

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 106,25% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (de até 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2017). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

As Operações Compromissadas são compostas por debêntures emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 101,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018 (de até 101,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2017), podendo ser negociadas a qualquer momento.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2017	1.452.747	1.742.541
Adições	8.484.525	9.402.129
Alienações	(5.630.762)	(6.691.937)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(1.465.504)	(1.465.504)
Em 31 de dezembro de 2017	2.841.006	2.987.229
Adições	12.772.459	13.349.717
Alienações	(12.250.622)	(12.773.252)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(1.642.956)	(1.642.956)
Em 31 de dezembro de 2018	1.719.887	1.920.738

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Cartões de crédito (i)	102.303	102.778	102.303	102.778
Fundo de Investimento - FIDC (Nota 8 (a))	-	216.292	-	216.292
Demais contas a receber (ii)	38.815	59.029	100.132	131.372
	<u>141.118</u>	<u>378.099</u>	<u>202.435</u>	<u>450.442</u>
Ajuste a valor presente (iii)	(1.942)	(1.357)	(1.942)	(1.357)
Provisão de perda de crédito estimada	(15.839)	(15.231)	(45.004)	(34.335)
	<u>123.337</u>	<u>361.511</u>	<u>155.489</u>	<u>414.750</u>

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas.
- (iii) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.

O *aging list* do contas a receber de clientes, está composto conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	127.170	353.648	169.163	398.922
Vencidos:				
até 30 dias	6.526	8.928	8.225	16.013
30 a 60 dias	268	3.024	1.693	6.153
61 a 90 dias	103	8.468	781	9.358
91 a 120 dias	140	181	696	586
121 a 180 dias	81	209	496	1.652
> 180 dias	6.830	3.641	21.381	17.758
	<u>141.118</u>	<u>378.099</u>	<u>202.435</u>	<u>450.442</u>

O valor da provisão de perda de crédito estimada é baseado na análise da Administração sobre perdas esperadas nos créditos a vencer e vencidos.

A movimentação da provisão de perda de crédito estimada está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(17.508)	(26.367)
Adições/Reversões	2.277	(7.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(15.231)	(34.335)
Adições/Reversões	(608)	(10.669)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(15.839)	(45.004)

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Mercadorias para revenda	837.941	1.176.401	876.253	1.204.328
Suprimentos e embalagens	3.316	3.019	3.316	3.019
	841.257	1.179.420	879.569	1.207.347

Os saldos acima estão apresentados líquidos da provisão para perdas, obsolescência e baixo giro. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(73.217)
Adições/Reversões	(7.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(80.565)
Adições/Reversões	9.221
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(71.344)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de Renda retido na fonte (IRRF)	58.423	24.102	62.038	24.210
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.213.604	1.104.010	1.216.716	1.107.022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	174.735	120.288	182.653	126.227
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	257.713	263.864	277.184	271.051
Outros	8.494	8.364	9.340	11.467
	1.712.969	1.520.628	1.747.931	1.539.977
Parcela do circulante	457.445	378.478	492.407	397.827
Parcela do não circulante	1.255.524	1.142.150	1.255.524	1.142.150

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, segue expectativa dos principais impostos a recuperar:

Em	Controladora		
	PIS e COFINS	IR e CSLL	ICMS
2019	223.549	144.392	89.504
2020	269.633	60.341	85.231
2021	464.059	30.411	-
2022	256.363	22.569	-
2023	-	58.423	-
	1.213.604	316.136	174.735

- PIS e COFINS: A Companhia espera recuperar R\$ 223.549 em 2019 e R\$ 990.055 em até 3 anos (2020 a 2022) através de débitos via apuração e compensação com outros tributos federais. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de ressarcimento junto à Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 360.103.

- IRPJ e CSLL: A Companhia espera recuperar R\$ 316.136 em até 5 anos (2019 a 2023), através de pedido de restituição e/ou compensação com outros tributos federais.

- ICMS: A Companhia espera recuperar os créditos de ICMS com suas próprias operações no valor de R\$ 89.504 em 2019 e R\$ 85.231 em 2020. A administração da Companhia, objetivando a realização do saldo credor de ICMS oriundo da comercialização de mercadorias, realizou estudos técnicos baseando-se no curso normal de suas operações mercantis para os próximos exercícios sociais. O referido estudo foi realizado com base nas operações atuais e expectativas futuras, sempre lastreado no plano estratégico de negócio de longo prazo da Companhia.

A Companhia avalia constantemente a recuperação dos seus créditos fiscais e mantém no balanço patrimonial o saldo líquido da expectativa de recuperação.

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Ativo Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízos fiscais	654.894	553.142	676.370	580.399
Bases negativas de contribuição social	235.761	199.131	243.497	208.943
Diferenças temporárias				
Contingências	18.375	21.399	18.375	21.399
Operações de swap não liquidados	13.755	8.264	28.695	23.233
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	45.764	46.849	45.764	46.849
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	13.622	13.441	25.030	19.778
Provisão perdas nos estoques	24.461	27.596	24.461	27.596
Outros	132.561	66.884	140.200	76.252
	1.139.193	936.706	1.202.392	1.004.449

	Controladora		Passivo Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Capitalização de juros	32.153	48.216	32.153	48.216
Revisão vida útil imobilizado	1.011	834	1.011	834
Outros	1.953	(1.712)	5.354	1.688
	35.117	47.338	38.518	50.738
Saldo líquido	1.104.076	889.368	1.163.874	953.711

A Administração da Companhia reitera a confiança no seu Plano de Negócios, que tornou a estrutura operacional das plataformas de desenvolvimento de negócios mais robusta, e seguirá monitorando os indicadores internos e externos como forma de melhor avaliar a evolução das suas estimativas.

(b) Expectativa de realização de impostos diferidos

	Controladora	Consolidado
2020	886	934
2021	56.720	59.792
2022	123.842	130.549
2023	202.045	212.988
2024	298.808	314.992
2025 em diante	421.775	444.619
	1.104.076	1.163.874

(c) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(612.134)	(633.063)	(589.172)	(620.690)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
	208.126	215.241	200.318	211.035
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil:				
Participação em controladas e controlada em conjunto	22.885	12.986	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(16.304)	(6.614)	(9.060)	(2.095)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	214.707	221.613	191.258	208.940
Correntes	-	-	(20.569)	(22.001)
Diferidos	214.707	221.613	211.827	230.941
Imposto de renda e contribuição social	214.707	221.613	191.258	208.940
Alíquota efetiva	35%	35%	32%	34%

13 Transações com partes relacionadas

	Saldos		Transações							
	A receber (a pagar)		Vendas		Compras		Outras		Receita (despesa) financeira	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Operações com a Controladora										
Lojas Americanas S.A. (i)	41.013	(126.896)	931.119	901.774	(64.382)	(448.076)	(46.970)	(50.251)		
- Aluguel Sede e CD's e diversos	(3.148)	(3.491)					(20.211)	(20.429)		
- Mercadorias de revenda - venda	19.786	9	19.906	398						
- Mercadorias de revenda - compra	(13.213)	(328.311)	-	-	(64.382)	(448.076)				
- Operações em Quiosques (ii)	7.501	10.883	-	-			(26.759)	(29.822)		
- Operações Lojas Americanas x Click Rodo	-	92	-	2.409						
- Operações Lojas Americanas x QSM	16.297	181.410	859.889	860.508						
- Operações Lojas Americanas x Direct	7.968	10.813	31.675	22.868						
- Operações Lojas Americanas x BIT	5.822	1.699	19.649	15.591						
Operações com controladas (iii)	32.798	75.736							(243)	(600)
B2W Rental	39.455	39.392								
Submarino Finance	1.935	1.160								
Click Rodo	7	12							(1)	(161)
BIT Services (antiga Ideais)	33.402	30.143								
Direct	766	957							(60)	(338)
QSM	(50.412)	84								
B2W México	-	-							-	(11)
Infoprice	-	2.180							(182)	(90)
Outras contas a receber	7.806	1.969								
Outras contas a pagar	(161)	(161)								
Outras operações com controladas	(108.428)	(63.324)					(481.000)	(490.627)		
Transporte de mercadorias										
Click Rodo	-	(2.023)					(2.023)	(22.191)		
Direct	(100.770)	(56.233)					(390.781)	(383.739)		
Desenvolvimento de sistemas										
BIT Services (antiga Ideais)	(7.658)	(5.068)					(88.196)	(84.697)		
Ativo Circulante	85.873	69.860								
Passivo não circulante	(150.577)	(378.358)								
Debêntures (iv)	(200.246)	(200.265)							(16.119)	(25.243)
BWU	(200.246)	(200.265)							(16.119)	(25.243)
Honorários							(7.715)	(6.146)		
Prestação de serviço (v)							(7.715)	(6.146)		

- (i) Referem-se a operações de compra e venda de mercadorias, reembolso de despesas e prestação de serviços de transporte e de tecnologia
- (ii) A Companhia mantém contrato com a Acionista Controladora LASA, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da LASA. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes podem também ser efetuados nos caixas de qualquer uma das lojas da LASA.
- (iii) Referem-se principalmente a reembolso de despesas e contratos de mútuos e adiantamentos para futuro aumento de capital. Os contratos de mútuo são remunerados com base no fator diário do CDI acrescido de 4%.
- (iv) Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscrita pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão estão relacionados na Nota 19.
- (v) Um dos membros do Conselho de Administração da Controladora, até abril de 2018, o Sr. Love Goel, indicado a este cargo pela Administração, possui participação na GVG, da qual é o CEO, que presta serviços de desenvolvimento de projetos relacionados à experiência de compra dos clientes nos sites. A escolha da empresa se deu com base nas necessidades da Companhia e através de benchmarking.

14 Investimentos - Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	BFF	Finance	ST Importações	B2W Chile	QSM	BIT Services	Digital Finance	Rental	B2W Argentina	Mesa- express	B2W México	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	165.631	65.919	50.123	(163)	15.344	210.292	801	(22.849)	243	15	-	485.356
Equivalência patrimonial	(4.508)	13.882	11.777	(46)	6.526	11.535	188	(272)	14	(12)	-	39.084
Ajuste conversão	(19)			1					(19)			(37)
Baixa Mais Valia						(889)						(889)
Aumento de Capital											256	256
Transferência de participação societária	225										(225)	-
Baixa de investimento	(1.071)											(1.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	160.257	79.801	61.900	(208)	21.870	220.938	989	(23.121)	238	3	31	522.699
Equivalência patrimonial	21.342	7.301	14.561	-	6.706	8.812	9.584	(107)	-	-	-	68.199
Ajuste conversão	-			-					-		-	-
Aumento de Capital	-										-	-
Baixa Mais Valia						(889)						(889)
Baixa de investimento	(197)			208					(238)		(31)	(258)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	181.402	87.102	76.461	-	28.576	228.861	10.573	(23.228)	-	3	-	589.750

(b) Informações sobre investimentos em controladas

				2018
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição	100,00	163.198	181.398	21.342
ST Importações	100,00	4.050	76.461	14.561
Mesaexpress	100,00	275	-	-
Submarino Finance Promotora de Crédito	100,00	12.005	87.102	7.301
QSM Distribuidora e Logística	100,00	5.000	29.528	6.706
BIT Services Tecnologia e Inovação	100,00	170.013	191.746	7.923
Digital Finance	100,00	500	10.573	9.584
Rental	99,96	2	(23.238)	(107)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	12.346	(1.131)
Infoprice	60,00	-	-	(1.218)
Direct	100,00	237.755	82.593	2.232
				2017
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição	100,00	163.198	160.252	(4.509)
ST Importações	100,00	4.050	61.504	11.777
B2W Chile	100,00	267	77	(46)
Mesaexpress	100,00	275	-	(12)
Submarino Finance Promotora de Crédito	100,00	12.005	79.802	13.882
QSM Distribuidora e Logística	100,00	5.000	22.011	6.526
BIT Services	100,00	170.013	184.798	10.646
Digital Finance	100,00	500	989	188
Rental	99,96	2	(24.050)	(272)
B2W Argentina	100,00	463	239	14
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	13.477	(7.031)
Infoprice	60,00	472	(625)	(749)
Direct	100,00	237.755	80.361	3.134
B2W México	100,00	839	88	(68)

(c) Demais informações sobre Controladas

(i) BFF Logística e Distribuição

A controlada, tem por objeto social a participação em outras sociedades cíveis ou comerciais, como sócia acionista ou quotista. A participação da Companhia nessa controlada é de 100%.

(ii) ST Importações

A controlada, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. A participação da Companhia nessa controlada é de 100%.

(iii) QSM Distribuidora e Logística

A controlada tem por objeto social o comércio atacadista de mercadorias em geral, organização logística do transporte de cargas, agenciamento marítimo e depósito de mercadorias para terceiros. A participação obtida pela Companhia nessa controlada é de 100%.

(iv) BIT Services (antiga Ideais Tecnologia)

Empresa adquirida em 9 de outubro de 2013, presta serviço de elaboração de programas de computador, desenvolvimento e operação de serviços de comércio eletrônico, publicidade digital, desenvolvimento, suporte e consultoria para redes, software, internet e tecnologia da informação em geral. A participação adquirida pela Companhia foi de 100%.

(v) Digital Finance Promotora de Crédito

Empresa criada em parceria com o grupo Cetelem, tem por objeto a prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito, podendo receber e encaminhar propostas de cartões de crédito e débito, empréstimos e financiamentos, analisar créditos e registros.

O início de suas atividades não se relaciona a uma combinação de negócios, a qual pressupõe uma aquisição de ativo não detido pela Companhia para viabilizar o desenvolvimento de um novo negócio.

(vi) Infoprice

Em 13 de novembro de 2018 a Companhia celebrou, juntamente com sua sociedade controlada BIT Services termo de rescisão de acordo de acionistas da Infoprice. Com isso, a totalidade das ações de emissão da Infoprice, detidas pelos acionistas fundadores foram transferidas à Infopar e os acionistas fundadores deixaram de ser partes do Acordo de Acionistas.

Valor justo da contraprestação da baixa	2.032
Baixa do investimento	1.105
Baixa do ágio	<u>(242)</u>
Ganho na alienação de investimentos	2.895

(vii) B2W Chile, B2W México e B2W Argentina

No 4º trimestre de 2018 as empresas B2W Chile, B2W México e B2W Argentina foram baixadas. A alienação dessas empresas tem como objetivo focar a Companhia ainda mais nas operações de comércio eletrônico, logística, distribuição e atendimento ao cliente e *Marketplace*.

Valor justo da contraprestação da baixa	71
Baixa do investimento	(1.483)
Baixa do ágio	<u>437</u>
Perda na alienação de investimentos	(975)

15 Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2017	5.704	62.934	379.889	64.674	1.473	1
Aquisições	-	8	2.194	-	383	-
Baixas	-	(2)	(931)	(9.876)	-	-
Transferências	-	-	-	1.856	(1.856)	-
Depreciação	-	(6.993)	(41.620)	(7.798)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.704	55.947	339.532	48.856	-	1
Aquisições	-	1.024	15.076	-	4.016	-
Baixas	-	(24)	(52)	-	-	-
Transferências	-	55	-	3.961	(4.016)	-
Depreciação	-	(6.998)	(41.777)	(6.888)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.704	50.004	312.779	45.929	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2017:						
Custo total	5.754	113.935	544.318	30.654	66.848	88
Baixas	(50)	(820)	(3.540)	(10.247)	(4.952)	(1)
Transferências	-	(1.045)	2.048	60.839	(61.896)	54
Depreciação acumulada	-	(56.123)	(203.294)	(32.390)	-	(140)
Valor residual	5.704	55.947	339.532	48.856	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2018:						
Custo total	5.754	114.959	559.394	30.654	70.864	88
Baixas	(50)	(844)	(3.592)	(10.247)	(4.952)	(1)
Transferências	-	(990)	2.048	64.800	(65.912)	54
Depreciação acumulada	-	(63.121)	(245.071)	(39.278)	-	(140)
Valor residual	5.704	50.004	312.779	45.929	-	1
Taxa média anual de depreciação	-	10,08%	11,17%	10%	-	Indefinida

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

	Consolidado								
	Terrenos	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens para locação	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	5.704	70.193	391.957	56.732	123	12.524	288	769	538.290
Aquisições	-	340	2.517	564	-	482	-	-	3.903
Baixas	-	(2)	(524)	(9.394)	(15)	-	(57)	-	(9.992)
Transferências	-	(216)	1.224	2.049	-	(1.926)	-	(1.125)	6
Depreciação	-	(8.199)	(45.398)	(8.917)	(77)	-	(128)	356	(62.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.704	62.116	349.776	41.034	31	11.080	103	-	469.844
Aquisições	-	1.286	18.922	562	-	4.063	-	1.389	26.222
Baixas	-	(24)	(80)	(18)	-	(117)	-	399	160
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	117	245	4.874	-	(4.016)	-	(1.224)	(4)
Depreciação	-	(7.792)	(45.259)	(7.129)	(30)	-	-	(123)	(60.333)
Saldos em 31 de dezembro de 2018:	5.704	55.606	323.385	39.260	1	10.999	103	441	435.499
Saldos em 31 de dezembro de 2017									
Custo total	5.754	126.920	566.474	23.267	27.397	87.738	7.183	1.131	845.864
Baixas	(50)	(1.437)	(4.501)	(15.196)	(2.321)	(6.179)	(57)	(1)	(29.742)
Transferências	-	(3.249)	3.601	68.924	2.306	(70.479)	-	(1.097)	6
Depreciação acumulada	-	(60.118)	(215.798)	(35.961)	(27.351)	-	(7.023)	(33)	(346.284)
Valor residual	5.704	62.116	349.776	41.034	31	11.080	103	-	469.844
Saldos em 31 de dezembro de 2018:									
Custo total	5.754	128.206	585.396	23.829	27.397	91.801	7.183	2.520	872.086
Baixas	(50)	(1.461)	(4.581)	(15.214)	(2.321)	(6.296)	(57)	398	(29.582)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(97)	(219)	(63)	-	(11)	-	-	(390)
Transferências	-	(3.132)	3.846	73.798	2.306	(74.495)	-	(2.321)	2
Depreciação acumulada	-	(67.910)	(261.057)	(43.090)	(27.381)	-	(7.023)	(156)	(406.617)
Valor residual	5.704	55.606	323.385	39.260	1	10.999	103	441	435.499
Taxa média anual de depreciação	-	10,08%	11,17%	10%	33%	-	20%	Indefinida	

16 Intangível

	Controladora						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	81.439	27.577	11.550	2.245.363	8.145	955	2.375.029
Adições	-	64.618	-	311.060	-	-	375.678
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(13.940)	(1.320)	(251.184)	(4.072)	-	(270.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.439	78.255	10.230	2.305.239	4.073	955	2.480.191
Adições	-	32.738	-	318.013	-	-	350.751
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(33.668)	(1.320)	(329.646)	(4.073)	-	(368.707)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	81.439	77.325	8.910	2.293.606	-	955	2.462.235
Saldos em 31 de dezembro de 2017:							
Custo total	135.305	178.060	16.500	3.264.963	21.060	955	3.616.843
Amortização acumulada	(53.866)	(99.805)	(6.270)	(959.724)	(16.987)	-	(1.136.652)
Valor residual	81.439	78.255	10.230	2.305.239	4.073	955	2.480.191
Saldos em 31 de dezembro de 2018:							
Custo total	135.305	210.798	16.500	3.582.976	21.060	955	3.967.594
Amortização acumulada	(53.866)	(133.473)	(7.590)	(1.289.370)	(21.060)	-	(1.505.359)
Valor residual	81.439	77.325	8.910	2.293.606	-	955	2.462.235
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida	

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

	Consolidado						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	555.430	53.275	11.550	2.246.548	8.145	10.162	2.885.110
Adições	-	64.975	-	311.061	-	1	376.037
Baixas	-	(26)	-	-	-	-	(26)
Transferências	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Amortização	-	(15.309)	(1.320)	(251.664)	(4.072)	(700)	(273.065)
Mais valia - BIT Services	(889)	-	-	-	-	-	(889)
							-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	554.541	102.909	10.230	2.305.945	4.073	9.463	2.987.161
Adições	-	32.802	-	318.013	-	2.938	353.753
Baixas	-	-	-	-	-	(36)	(36)
Baixas na venda de empresas controladas	195	-	-	-	-	-	195
Transferências	-	4	-	-	-	-	4
Amortização	-	(34.998)	(1.320)	(329.903)	(4.073)	(3.638)	(373.932)
Mais valia - BIT Services	(889)	-	-	-	-	-	(889)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	553.847	100.717	8.910	2.294.055	-	8.727	2.966.256
Saldos em 31 de dezembro de 2017:							
Custo total	615.852	289.452	16.500	3.328.636	21.060	12.260	4.283.760
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91.214)
Transferências	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Amortização acumulada	(58.760)	(147.842)	(6.270)	(973.739)	(16.987)	(1.781)	(1.205.379)
Valor residual	554.541	102.909	10.230	2.305.945	4.073	9.463	2.987.161
Saldos em 31 de dezembro de 2018:							
Custo total	614.963	322.254	16.500	3.646.649	21.060	15.162	4.636.588
Baixas na venda de empresas controladas	(2.356)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91.019)
Transferências	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Amortização acumulada	(58.760)	(182.840)	(7.590)	(1.303.642)	(21.060)	(5.419)	(1.579.311)
Valor residual	553.847	100.717	8.910	2.294.055	-	8.727	2.966.256
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida	

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2018. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos utilizando uma única taxa de desconto de 12% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

O modelo de negócios adotado pela Companhia, corresponde a uma estrutura verticalizada, desta forma, os saldos consolidados representam de forma mais adequada a única unidade geradora de caixa (UGC), sendo esta considerada para o teste de *impairment*.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitorou as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda ou necessidade de nova avaliação em 31 de dezembro de 2018.

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos								
TV Sky Shop	135.305	(53.866)	81.439	81.439	135.305	(53.866)	81.439	81.439
BIT Services					264.881	(6.943)	257.938	258.632
Mesaexpress					310	(307)	3	3
Click Rodo					19.426		19.426	19.426
Direct					195.038		195.038	195.038
BFF Logística					3		3	3
	135.305	(53.866)	81.439	81.439	614.963	(61.116)	553.847	554.541

(b) Desenvolvimento de Websites e sistemas/Direitos de Uso de Software

Representam gastos com plataforma e-commerce (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Seguindo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Dentre os projetos recém-lançados destacam-se:

- Novo Shoptime: site com novo layout e mais otimizado para desktop e mobile;
- *Store in store* pet love: maior *pet shop* online do Brasil;
- Visualização de produtos no ato do pagamento: clientes podem visualizar quais produtos estão comprando, evitando evasão do fluxo e abandono de compra;
- Portal de seguros e serviços: instalação de ar-condicionado, seguro de roubo e furto para dispositivos móveis, plano de saúde PET, Garantia Estendida;

- *Store in Store* Centauro Submarino: *MarketPlace* de produtos esportivos, Produtos exclusivos Centauro e experiência customizada de navegação;
- *Media Center* Shoptime: Experiência da TV na *web*, ao vivo e últimos vistos na TV;
- Cartão Sou Barato: plataforma para pedidos do cartão otimizada para *desktop* e *mobile* (responsivo);
- Avaliação *Marketplace* - Americanas.com: clientes podem avaliar a experiência de compra em *marketplace* ajudando na decisão de compra do cliente.
- Plataforma de Seguros - Shoptime: recomendação de seguros durante o fluxo de compra do *site* e piloto com venda de seguro roubo e furto de celulares (quebra, perda ou roubo de celular);
- TV Shoptime no APP: programação da TV no bolso;
- Americanas.com – melhoria de filtros utilizando extração automática de dados e aumento de exibição de sortimento;
- Ativação de cupons promocionais durante a Black Friday;
- Submarino.com – melhoria na home do departamento de livros, organização na navegação, destaque dos autores, listas literárias e lojas oficiais;
- “*Best seller*” para leitores - Página automática com vitrine customizada para destaque dos livros mais vendidos nos últimos 15 dias no Brasil e no site da Submarino.com.

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos.

(c) Juros de empréstimos capitalizados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros dos empréstimos capitalizados	28.165	65.000
Taxa – média ponderada do CDI dos empréstimos captados pela Companhia	120,00%	114,00%

(d) Direito de uso de lavra

A Companhia readquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lavra em meios de telecomunicação (internet, televendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itaú Unibanco Holding S.A e registrou o referido montante como ativo intangível.

17 Fornecedores

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros	2.238.736	1.903.438	2.337.016	2.093.172
Acordos comerciais	(318.573)	(315.466)	(318.573)	(315.466)
Ajuste a Valor presente (Nota 2.17)	(12.836)	(11.125)	(12.836)	(11.125)
	<u>1.907.327</u>	<u>1.576.847</u>	<u>2.005.607</u>	<u>1.766.581</u>

18 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidadora	
			2018	2017	2018	2017
Em moeda nacional						
Capital de giro	114,0% CDI a 136,0% CDI	28.12.2022	4.342.019	3.961.875	4.362.672	3.982.029
BNDES (i)	TJLP a TJLP + 2,9% a.a.	15.09.2022	200.288	272.474	200.288	272.474
BNDES (i)	TLP a TLP + 2,5% a.a.	15.06.2026	457.510	-	457.510	-
BNDES (i)	SELIC + 2,9% a.a.	15.06.2026	350.675	390.387	350.675	390.387
BNDES (i)	PSI 6% a.a.	15.09.2021	9.463	13.824	9.463	13.824
FINEP (iv)	4% a.a.	15.12.2020	113.423	170.134	113.423	170.134
FINEP (iv)	TJLP + 3,0% a.a.	15.05.2024	65.388	43.238	65.388	43.238
Quotas FIDC	108,9% a 157,0% do CDI	20.06.2018	-	216.292	-	216.292
Em moeda estrangeira (iii)						
Operações de swap (ii)	118,9% CDI a 139,0% CDI	27.08.2021	-	63.537	-	63.373
Capital de giro (ii)	US\$ + 5,112% a 7,472% a.a.	27.08.2021	635.968	918.043	684.091	965.009
Capital de giro (ii)	EUR€ + 2,1% a 2,3% a.a.	18.01.2023	484.193	-	484.193	-
Custo com captações (IOF e outras)			(79.707)	(74.996)	(79.707)	(74.996)
			6.579.220	5.974.808	6.647.996	6.041.764
Parcela do circulante			678.292	1.496.737	727.068	1.563.693
Parcela do não circulante			5.900.928	4.478.071	5.920.928	4.478.071

(i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".

(ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de *swap* (Nota 4).

(iii) Captação consoante a Resolução nº 4.131 do Banco Central do Brasil (BACEN).

(iv) Financiamentos da FINEP com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

(b) Empréstimos e financiamentos não circulantes por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2019	-	965.471	-	965.471
2020	2.227.203	2.440.018	2.247.203	2.440.018
2021	1.197.132	794.001	1.197.132	794.001
2022	1.394.040	266.742	1.394.040	266.742
2023	588.563	8.359	588.563	8.359
2024	380.709	3.480	380.709	3.480
2025	75.521	-	75.521	-
2026	37.760	-	37.760	-
	5.900.928	4.478.071	5.920.928	4.478.071

(c) Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por cartas de fiança no valor de R\$ 1.196.747 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 847.185 em 31 de dezembro de 2017).

(d) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

19 Debêntures

(a) Composição (Controladora e Consolidado)

	Data de emissão	Vencimento (i)	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
1ª Emissão privada	22.12.2010	22.12.2022	Privada	200.000	1.000	125,0% CDI	200.246	200.265

- (i) Em 10/11/2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação do único debenturista, foi aprovada a celebração do aditamento à Escritura de Emissão ("Aditamento") com o propósito de: (a) alterar a data de vencimento para 22/12/2022; (b) Alterar a taxa de remuneração que passa a ser de 125% da Taxa DI; (c) Alterar a escritura de emissão de forma a autorizar o resgate antecipado facultativo; e (d) excluir a obrigação de a Companhia observar o índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITIDA Ajustado menor ou igual 3,5x. Não houve mudança substancial aos termos iniciais deste instrumento de dívida.

(b) Movimentação

	1ª Emissão
	Privada
Em 1º de janeiro de 2017	200.762
Amortização de juros	(25.243)
Encargos financeiros	24.746
Em 31 de dezembro de 2017	200.265
Amortização de juros	(16.138)
Encargos financeiros	16.119
Em 31 de dezembro de 2018	200.246

(c) Informações sobre as emissões de debêntures:

A seguir são apresentadas as descrições das debêntures emitidas e que estão em vigor em 31 de dezembro de 2018.

Natureza	1ª emissão privada
Data de emissão	22.12.2010
Data de vencimento	22.12.2022
Quantidade emitida	200
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	125,0% DI
Conversibilidade	Simples, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor unitário	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	22 de dezembro de cada ano (2011 a 2022)
Garantias	Não possui
Repactuação	Permitida, desde que de comum acordo entre emissora e debenturista

20 Contas a pagar - Combinação de Negócios

Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o plano estratégico, a Companhia adquiriu empresas com operações ligadas a serviços digitais. Entre 2013 e 2015 foram adquiridas 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de duas das principais transportadoras especializadas em *e-commerce* do Brasil. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo a pagar referente a aquisições destas empresas é de R\$ 9.322 (consolidado).

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
BIT Services	-	12.363	490	13.014
Click Rodo	-	-	-	4.966
Outras	-	-	1.044	1.193
	-	12.363	1.534	19.173

Não Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
BIT Services	-	-	7.788	8.184
Outras	-	-	-	972
	-	-	7.788	9.156

21 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	29.203	26.546	36.661	32.165
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	585	5.138	703	5.279
Imposto sobre Serviços (ISS)	2.977	1.560	3.706	2.071
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	2.645	-	12.515	5.859
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	971	946
Outros	1.049	2.318	3.185	4.844
	36.459	35.562	57.741	51.164

22 Provisão para processos judiciais e Contingências

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e administrativas conduzido por departamento jurídico interno e por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Depósitos Judiciais	66.068	37.168	66.084	37.211

Movimentação:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2017	17.550	17.707
Adições	34.471	34.471
Reversão	(14.853)	(14.967)
Em 31 de dezembro de 2017	37.168	37.211
Adições	34.349	34.686
Reversão	(5.449)	(5.813)
Em 31 de dezembro de 2018	66.068	66.084

(b) Provisões constituídas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fiscais	2.410	3.212	37.114	41.585
Trabalhistas	7.710	1.697	61.775	82.451
Cíveis	43.632	57.738	50.965	65.225
	53.752	62.647	149.854	189.261

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

O Grupo também é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras entre outras.

Cíveis

O Grupo é parte, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2018, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

	Controladora			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	2.719	1.595	51.484	55.798
Adições	8.488	102	11.573	20.163
Reversão	(7.995)	-	(5.319)	(13.314)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.212	1.697	57.738	62.647
Adições	535	6.013	6.365	12.913
Reversão	(1.337)	-	(20.471)	(21.808)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.410	7.710	43.632	53.752

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017	41.092	79.305	58.815	179.212
Adições	8.489	3.146	11.729	23.364
Reversão	(7.996)	-	(5.319)	(13.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.585	82.451	65.225	189.261
Adições	535	9.682	6.365	16.582
Reversão	(5.006)	(30.358)	(20.625)	(55.989)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	37.114	61.775	50.965	149.854

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos é de R\$ 597.122 (R\$ 649.466 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e R\$ 818.177 (R\$ 778.678 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

Dentre as principais ações de natureza tributárias classificadas como “perdas possíveis”, destacamos:

(i) o auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 78.127;

(ii) auto de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 277.410.

A Companhia possui posicionamento fiscal para tributos federais, fundamentado pelos assessores jurídicos, classificados como “perdas possíveis, com viés de remoto”, no montante de R\$ 810.700 (R\$ 556.413 em 31 de dezembro de 2017).

23 Receita Antecipada

A B2W firmou em 18 de outubro de 2013, Contrato de Acordo Comercial Seguro de Garantia Estendida com a seguradora CARDIF do Brasil Seguros e Garantias S.A., com interveniência da TRR Securitizadora de Seguros Ltda., e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA., com o objetivo de explorar a oferta de Garantia Estendida, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia.

Por conta desse contrato, a B2W recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 35.000 que está sendo apropriado ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”.

Adiantamento recebido	35.000
Apropriado em 2013	(17.285)
Apropriado em 2014	(2.484)
Apropriado em 2015	(2.566)
Apropriado em 2016	(2.292)
Apropriado em 2017	(1.616)
Apropriado em 2018	(1.990)
A apropriar	6.767
Parcela do não circulante	4.448
Parcela do circulante	2.319

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Conforme Ata da Reunião do Conselho da Administração realizada em 05 de setembro de 2018 foram subscritas 3.113.058 ações por força do exercício das opções de compra de ação concedidas nos termos do Plano de Ações aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011.

No período findo em 30 de setembro de 2018, por força do exercício das opções de compra de ação, a Companhia registrou adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 9.696.

Conformes Atas das Reuniões do Conselho da Administração realizada nas datas de 10 de outubro de 2018 foram subscritas 427.121 ações e em 30 de novembro de 2018 foram subscritas mais 16.944 ações por força do exercício das opções de compra de ação concedidas nos termos do Plano de Ações aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011.

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social é representado por 457.280.804 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (453.723.681 ações, em 31 de dezembro de 2017).

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro 2017 é como segue:

	2018	2017
Lojas Americanas S.A	281.261.673	281.261.673
Macquarie Group Limited	25.332.805	25.332.805
Administradores	8.251.609	6.363.928
Outros acionistas ("free floating")	142.434.717	140.765.275
	457.280.804	453.723.681
Capital social (em milhares de reais)	5.742.330	5.709.151
Lojas Americanas S.A.	61,51%	61,99%
Não controladores	38,49%	38,01%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	<u>Ordinárias nominativas</u>
Em 31 de dezembro de 2017	453.723.681
Subscrição de ações através de Plano de Ação	3.557.123
Em 31 de dezembro de 2018	<u>457.280.804</u>

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

25 Pagamento baseado em ações

Os custos de remuneração provenientes do Plano de pagamento baseado em ações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 16.896 (R\$ 28.134 em 31 de dezembro de 2017). Os custos de remuneração têm como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas, uma vez que as opções, quando exercidas, são liquidadas através da emissão de novas ações ou utilização de ações mantidas em tesouraria. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do Plano B2W, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pela Companhia pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 32.091 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 38.881 em 31 de dezembro de 2017).

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2018, o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da Companhia em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

Planos	2018	2016	2015	2015	2015	2014	2013
Data Reunião Comitê de Administração do Plano	10/10/2018	30/06/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015	11/03/2014	10/07/2013
Quantidade de Ações PN Outorgados	444.065	2.845.194	476.807	177.474	1.357.147	1.285.208	2.462.847
Prazo Inicial para o Exercício da Outorga	Outubro 2018	Abril 2016	Julho 2015	Julho 2015	Abril 2015	Setembro 2014	Novembro 2013
Prazo Final para o Exercício da Outorga	Setembro 2023	Março 2021	Junho 2020	Junho 2020	Março 2020	Julho 2019	Setembro 2018
Valor de Subscrição da Ação da Data da Outorga	22,70	8,46	11,87	17,37	18,41	20,49	6,70
Valor de Mercado da Ação na Data da Outorga	31,13	9,40	25,82	25,82	20,46	22,77	7,44
Número de Ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas após o período de <i>Vesting</i>	222.033	1.422.597	238.404	88.737	678.574	642.604	1.231.424
Data da Outorga	10/10/2018	30/06/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015	11/03/2014	10/07/2013
Período de <i>Vesting</i>	60 meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses

Em 30 de abril de 2018 foi aprovado pela administração da Companhia o Plano de Incentivo com Ações Restritas da Companhia (“Plano de Ações Restritas”) com a finalidade de:

(a) estimular a expansão, o êxito, os objetivos sociais da Companhia e os interesses de seus acionistas, com a outorga aos executivos e empregados de alto nível de direito de recebimento, a título não oneroso, de ações de emissão da Companhia, nos termos, nas condições, e no modo previsto neste Plano de Ações Restritas (“Ações Restritas”), desta forma incentivando a integração desses executivos e empregados na Companhia.

(b) possibilitar à Companhia obter e manter os serviços de executivos e empregados de alto nível, oferecendo a tais executivos e empregados, como vantagem adicional, tornarem-se acionistas da Companhia, nos termos, nas condições e no modo previsto neste Plano de Ações Restritas.

O limite máximo para outorga de concessão de Ações Restritas, na forma deste Plano de Ações Restritas, será compartilhado com o limite máximo previsto no Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em 13 de dezembro de 2006, conforme alterado e ratificado (“Plano de Opções”). Desta forma, o Plano de Ações Restritas e o Plano de Opções estarão limitados, em conjunto, a 5% do total

de ações do capital social da Companhia existentes na data de sua concessão, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e ainda não exercidas no âmbito do Plano de Opções, bem como as Ações Restritas que ainda não tenham sido efetivamente transferidas aos Beneficiários.

26 Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
		(reapresentado (i))		(reapresentado (i))
Receita bruta com vendas	7.341.200	7.332.929	7.497.129	7.459.092
Receita bruta com serviços	904.429	627.187	1.147.190	886.914
Devoluções/descontos incondicionais	(571.279)	(554.657)	(600.017)	(582.538)
(-) Impostos sobre vendas/serviços	(1.448.954)	(1.392.792)	(1.555.829)	(1.477.606)
Receita líquida	6.225.396	6.012.667	6.488.473	6.285.862

(i) reapresentado conforme nota 2.2.

27 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<u>Vendas</u>				
Pessoal	(257.698)	(252.260)	(285.692)	(280.500)
Ocupação	(90.553)	(99.877)	(101.472)	(113.082)
Suprimentos	(16.249)	(21.430)	(19.229)	(23.495)
Tarifas e comissões	(211.658)	(147.689)	(211.658)	(147.689)
Distribuição	(285.015)	(241.459)	(28.515)	(34.002)
Outras (a)	(422.859)	(222.921)	(449.021)	(242.543)
	(1.284.032)	(985.636)	(1.095.587)	(841.311)
<u>Gerais e administrativas</u>				
Pessoal	(25.569)	(22.541)	(48.707)	(41.451)
Ocupação	(2.527)	(7.559)	(10.998)	(11.546)
Honorários da Administração	(11.235)	(11.035)	(11.235)	(11.035)
Depreciação e amortização	(424.370)	(326.927)	(432.484)	(332.480)
Outras (b)	(23.843)	(13.159)	(53.720)	(40.483)
	(487.544)	(381.221)	(557.144)	(436.995)
Outras receitas (despesas) operacionais	(64.479)	(44.538)	(45.007)	(39.738)

(a) Referem-se, principalmente, a mídia *on* e *offline* e serviços terceirizados de atendimento a clientes.

(b) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017 (reapresentado (i))	2018	2017 (reapresentado (i))
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	203.623	181.880	211.144	206.602
Descontos financeiros obtidos	29.271	28.630	43.907	40.013
Ajuste a valor presente de contas a receber	175.324	222.515	175.324	222.515
Outras receitas financeiras	17.777	31.662	17.679	31.831
Total receita financeira	425.995	464.687	448.054	500.961
Juros, variação monetária dos financiamentos e antecipação dos recebíveis	(831.870)	(891.104)	(839.242)	(913.194)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(118.367)	(178.106)	(118.367)	(178.106)
Outras despesas financeiras	(20.742)	(12.043)	(56.779)	(41.347)
Total despesa financeira	(970.979)	(1.081.253)	(1.014.388)	(1.132.647)
Resultado financeiro líquido	(544.984)	(616.566)	(566.334)	(631.686)

(i) reapresentado conforme nota 2.2.

29 Prejuízo por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

O cálculo do prejuízo diluído por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas potenciais ações ordinárias dilutivas.

	Controladora	
	2018	2017
Numerador		
Prejuízo do exercício	(397.427)	(411.450)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada de número de ações em circulação	454.819	409.338
Prejuízo líquido por ação básico	(0,8738)	(1,0052)
Denominador (em milhares de ações) diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	462.319	417.283
Prejuízo líquido por ação diluído	(0,8596)	(0,9860)

A Companhia não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devam ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determinado pelo Pronunciamento Técnico CPC 41.

30 Cobertura de seguros

O Grupo mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Importância segurada</u>
Danos Materiais	1.380.459
Responsabilidade Civil Geral e executivos	90.000
Perdas e Danos	1.858
Outros	319.174

31 Compromissos assumidos - Contratos de locação

A Companhia mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças para todos os seus imóveis.

O aluguel é atualizado anualmente com base, principalmente, nos índices IGP-M e IPC-A (em 31 de dezembro de 2018 o valor do aluguel mensal era de R\$ 8.451).

A Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos imóveis o montante de R\$ 97.222 (R\$ 100.633 exercício findo em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos imóveis em uso, a valores de 31 de dezembro, são assim distribuídos:

	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023 em diante</u>
Aluguéis	102.342	73.440	50.319	43.501	69.053

32 Remuneração dos empregados e administradores

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 30.461 e R\$ 30.398 respectivamente (R\$ 30.461 e R\$ 30.398 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na nota 25).

33 Eventos Subsequentes

Em outubro de 2018, foi aprovada pela administração da Companhia a estruturação do Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo (“Fênix FIDC do Varejo II”), com prazo de duração de 20 (vinte) anos, cujo objetivo definido em regulamento é a aquisição de direitos de crédito de titularidade da Companhia, entre outros, originários por meio de cartões de crédito utilizados em operações de compra e venda de produtos e serviços, cujas transações eletrônicas sejam capturadas e processadas pelos sistemas de credenciadores de estabelecimentos comerciais.

O “Fênix FIDC do Varejo II”, inicialmente emitirá 1.100.000 quotas com valor nominal unitário de R\$ 1 (mil reais), sendo 1.017.500 quotas seniores com rentabilidade alvo teto correspondente a 106,50% da variação do DI e 82.500 quotas subordinadas a serem subscritas pela Companhia e pela controladora Lojas Americanas, totalizando as quotas seniores e subordinadas a um Patrimônio líquido de R\$ 1.100.000 do “Fênix FIDC do Varejo II”.

A totalidade do valor das cotas seniores correspondente ao principal investido será amortizado/resgatado em uma única data, no dia útil correspondente ao término do período de 5 (cinco) anos a partir de sua data de emissão. O valor das cotas seniores correspondente à rentabilidade acrescida após sua data de emissão será amortizado semestralmente, a cada período de 6 (seis) meses a partir da data de emissão.

As operações do Fênix FIDC do Varejo II serão iniciadas no decorrer do exercício 2019.

* * *